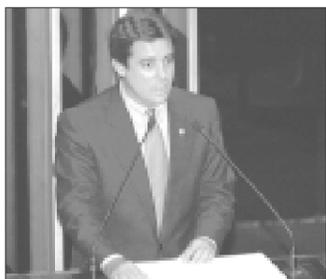


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.567 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2002



José Cruz

Atuação do Ministério Público do Trabalho tem sido positiva, diz Valmir

Valmir destaca iniciativas para erradicar o trabalho escravo

PÁGINA 4

Deficiente visual do Pará recebe obras em braile

A Associação de e para Cegos do Pará recebeu do Senado, na Feira Pan-Amazônica do Livro, exemplares em braile da Constituição e do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, entre outras leis.

PÁGINA 2

Votação do Orçamento será prioridade após as eleições

O presidente do Senado, Ramez Tebet, considera que o projeto de Orçamento da União para 2003 é a matéria mais importante a ser votada pelo Congresso Nacional depois do período eleitoral. Tebet prevê também a retomada do exame da proposta que reforma o Judiciário

PÁGINA 3

Senado começa a se preparar para a chegada dos novos parlamentares

Profissionais especialmente treinados vão colaborar com os senadores que serão empossados em fevereiro próximo no processo de formação de seus gabinetes. Os gestores de Recursos Humanos, função instituída em junho deste ano pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado, repassarão aos senadores informações sobre a composição de cargos dos gabinetes, atuando também como interlocutores entre sua unidade de trabalho e a secretaria.

PÁGINA 2



Célio Azevedo



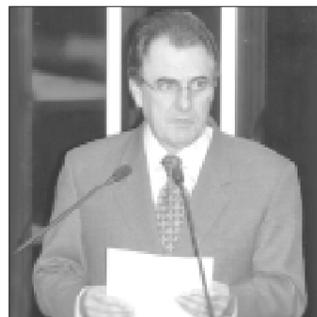
Prefeitura de Foz do Iguaçu

Fórum propõe soluções integradas para o Mercosul

Na Carta de Foz do Iguaçu, divulgada sexta-feira, participantes do I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça afirmam que problemas do Mercosul devem ser resolvidos de maneira integrada. O documento traz várias propostas que serão enviadas à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O fórum foi sugerido pelo senador Roberto Requião.

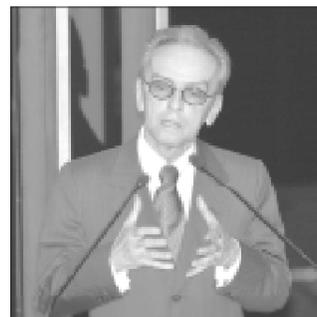
Representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai participaram em Foz do Iguaçu do I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça

PÁGINA 4



Arlindo Porto espera mudança nas regras do comércio internacional

Porto defende medidas contra protecionismo



Jefferson Péres cobra postura firme do governo brasileiro contra invasão

Jefferson repudia intenção dos EUA de atacar Iraque

Fotos: Roosevelt Pinheiro

PÁGINA 4

Senadores terão ajuda de gestor ao formar gabinete

Nova função, instituída pela Secretaria de Recursos Humanos, não trará despesa para o Senado, por não representar remuneração extra

Os senadores que serão empossados em fevereiro próximo poderão contar com a ajuda de um profissional para facilitar o processo de formação de seus gabinetes. Os gestores de Recursos Humanos, função instituída em junho deste ano pela Secretaria de Recursos Humanos do Senado, servirão como facilitadores desse processo que ocorre a cada mudança de legislatura e durante o qual, normalmente, há movimentação de pessoal.

Os gestores, que serão treinados a partir de outubro, contribuirão para direcionar, de forma planejada, a movimentação dos servidores. Eles repassarão aos senadores informações sobre a composição de cargos de seu gabinete e a respectiva remuneração de cada um, além da relação de documentos necessários para a posse de servidores comissionados e as restrições legais para preenchimento de cargos em comissão.

– Esperamos que essa seja a



João Carlos Zoghbi disse que unidades administrativas também terão gestores de recursos humanos

transição o mais eficiente possível – afirmou João Carlos Zoghbi, diretor da Secretaria de Recursos Humanos, durante o 1º Encontro de Gestores de RH, realizado na sexta-feira, no auditório do Interlegis.

O papel desses gestores não se deve limitar à fase de renovação da composição da Casa. O gestor deverá ser um interlocutor entre a sua unidade de trabalho e a Secretaria, repassando informações

para o aperfeiçoamento da gestão de pessoal e municiando os colegas de trabalho com dados relativos à vida funcional de cada um.

– A expectativa da Secretaria de Recursos Humanos é que a função contribua para o desenvolvimento institucional do Senado e individual de cada servidor, especialmente neste momento em que a sociedade cobra do setor público mais responsabilidade social e ética – comentou Zoghbi.

O objetivo, acrescentou, é que todos os gabinetes de senadores e unidades administrativas da Casa contem com a colaboração desse profissional, escolhido normalmente entre os funcionários do próprio local de trabalho. Zoghbi acredita que o Senado terá cerca de 300 gestores de RH. “Não é obrigatório, mas é importante ter um gestor de RH”, explica o diretor, ressaltando que a criação dessa função não trará despesa para o Senado por não representar remuneração extra.

Deficiente visual do Pará ganha obras em braile

O presidente da Associação de e para Cegos do Pará (Acepta), Antônio Carlos Jr., recebeu na última quinta-feira, no estande do Senado na VI Feira Pan-Amazônica do Livro, exemplares de obras publicados em braile pelo Senado. Foram entregues livros com os textos integrais da Constituição de 1988 (em dois volumes), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, da Lei de Doação de Órgãos e da *Cartilha do Consumidor*.

Ele destacou a importância de se distribuírem livros em braile.

“Calculamos que 0,8% da população paraense tenha cegueira total ou parcial que impeça a leitura, o que significa um total de 40 mil pessoas. Sem as obras do Senado a Feira Pan-Amazônica do Livro não teria nada a nos oferecer”, afirmou.

De acordo com o presidente da Acepta, a entidade está compondo uma biblioteca especializada nos direitos dos portadores de deficiência visual. Acompanhado do diretor de Relações Públicas da associação, Mariano Sousa da Silva, e do conselheiro fiscal da entidade, João Câncio Leal Jr., Antônio Carlos destacou ainda que, por ter um caráter reivindicatório, a Acepta precisa co-

nhecer seus direitos e as leis.

– Com a iniciativa de publicar obras em braile, o Senado ajuda na inclusão dessa parcela da população na sociedade, permitindo o acesso à cidadania – disse, por sua vez, Antônio Augusto Cunha, representando a Comissão das Feiras de Livro na entrega das publicações, em substituição ao senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA), que não pôde comparecer ao evento.

O Senado já editou mais de 20 títulos em braile, desde agosto de 1998, quando foi lançada a primeira tiragem de 500 exemplares da Constituição federal.

Diretor da Segurança recebe Medalha do Mérito Alvorada

O diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado, Claylton Zanlorenci, recebeu, em solenidade na última quinta-feira, a Medalha do Mérito Alvorada, concedida pelo governo do Distrito Federal.

A condecoração é destinada a agraciar personalidades civis ou militares que tenham contribuído, de maneira relevante, para o progresso do DF, por meio de atividades de administração pública e de segurança, entre outras.

Claylton Zanlorenci, analista legislativo, é funcionário do Senado há 28 anos. Bacharel em Direito, ele já trabalhou na Advocacia Geral da Casa e no Instituto Legislativo Brasileiro, unidade responsável pelo treinamento dos servidores.

No ano passado, ele assumiu



Fotos: Jane de Araújo

Condecoração foi entregue a Claylton Zanlorenci pelo governo do Distrito Federal

pela segunda vez a diretoria da Subsecretaria de Segurança Legislativa, contando, no desempenho de suas funções, com o apoio da Diretoria Geral do Senado e de órgãos de segurança pública estaduais e federais, destacando-se as polícias Civil e Militar do Distrito Federal.

Senado nas eleições

Desde o último sábado, dia 21 de setembro, nenhum candidato pode ser detido ou preso. O mesmo acontecerá com os eleitores a partir de 1º de outubro e até 48 horas depois das eleições. Em ambos os casos, só poderá ser preso ou detido quando se tratar de um flagrante delito.

Os eleitores também podem ser detidos em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda,

Faltam 13 dias para as eleições

por desrespeito a salvo-conduto, como prevê o artigo 236 do Código Eleitoral vigente.

O calendário para as eleições estabelece ainda que 3 de outubro, três dias antes do pleito, é o último dia para a divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, bem como para realização de comícios e reuniões públicas, e ainda debates entre os candidatos.

Recado ao leitor



O Senado tem importância fundamental porque é a Casa revisora e representa o princípio federativo da nação, diferente da Câmara dos Deputados, que representa o povo. Nessa eleição serão escolhidos dois senadores, pois a renovação é de dois terços da Casa. É importante que o eleitor saiba que tem direito de exercer a cidadania escolhendo dois senadores para o seu estado.

Senador Tasso Rosado (PMDB-RN)



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tebet: Orçamento para 2003 terá prioridade

O presidente do Senado afirma que Congresso deverá analisar a proposta após as eleições, fazendo a votação final até 11 de dezembro. Ele informa também que poderá ser retomado o exame da reforma do Poder Judiciário

A análise do projeto de Orçamento da União para 2003 deverá ser uma das prioridades do Congresso Nacional após as eleições, informou o presidente do Senado, Ramez Tebet. Ele disse ainda que os parlamentares deverão retomar a votação da proposta de reforma do Poder Judiciário.

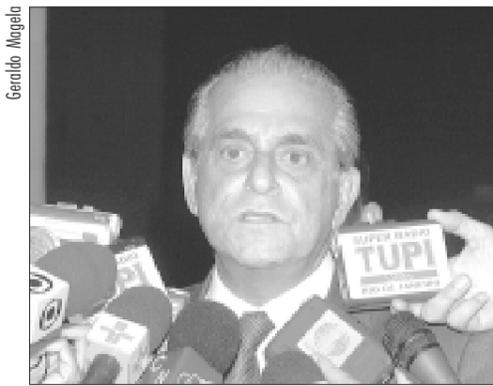
— Como presidente do Senado, acho que a coisa mais importante que nós temos que votar é a peça orçamentária. Devemos ainda

avançar um pouco mais na reforma do Judiciário, analisar as medidas provisórias que acaso estejam travando a pauta e cumprir a nossa missão — afirmou Tebet.

De acordo com o cronograma traçado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, as emendas ao projeto de Orçamento poderão ser apresentadas por deputados e senadores entre os dias 2 e 16 de outubro. Após a publicação e dis-

tribuição das emendas, serão apresentados, discutidos e votados na comissão os pareceres setoriais até o dia 21 de outubro.

A votação do parecer final da comissão está prevista para acontecer até o dia 1º de dezembro. Somente então o projeto será encaminhado ao Plenário do Congresso. A votação final da proposta, de acordo com o planejamento atual, ocorrerá até o dia 11 de dezembro.



A peça orçamentária é a matéria mais importante a ser votada este ano, diz Ramez Tebet

Projeto de Jefferson obriga candidato a informar sobre processo judicial

Está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que obriga o candidato a cargo eletivo a divulgar toda ação judicial de que seja parte, como autor ou como réu. A regra contempla ilícitos nas áreas civil, criminal, trabalhista, eleitoral e militar. A atual legislação exige a apresentação apenas de certidões criminais, fornecidas pela Justiça.

O projeto de Jefferson, que será relatado pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), estabelece que o candidato relacione todas as ações em andamento e não apenas as condenações já transitadas em julgado (isto é, para as quais não cabe mais recurso judicial), como ocorre hoje. Também



Para Jefferson, eleitores terão mais informações para avaliar concorrentes a cargos eletivos

terá de relatar as chamadas situações pré-processuais, ou seja, os inquéritos policiais ou administrativos nos quais esteja sendo investigado, que podem resultar em novas ações judiciais. O descumprimento das exigências resultará no indeferimento do pedido de

registro da candidatura.

Entre a documentação hoje exigida para esse registro, Jefferson aponta a declaração de bens e a relação das certidões criminais como instrumentos destinados a dar publicidade aos dados do candidato, de modo que os eleitores possam melhor conhecê-los. No seu entender, a exigência contida no projeto propicia o conhecimento de mais elementos sobre a vida do candidato, o que dará transparência às disputas eleitorais.

Outro resultado valioso do projeto, de acordo com Jefferson, é evitar que o eleito venha, no exercício do mandato, a ser questionado por atos ocorridos antes da eleição. A nova regra faz com que esses atos já sejam de pleno conhecimento do eleitorado.

Instituto que fraudar pesquisa pode ser fechado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar após as eleições, em decisão terminativa, projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que disciplina a atuação dos institutos de pesquisa, com o objetivo de prevenir a fraude e a manipulação de pesquisas de opinião e testes pré-eleitorais, destinadas a beneficiar candidatos.

De acordo com o projeto, cada instituto de pesquisa terá que incluir a relação de domicílios e logradouros pesquisados. Atualmente, a lei que trata sobre pesquisas e testes pré-eleitorais, conforme observou o senador, é ambígua porque fala apenas em “área física de realização do trabalho”.

A alteração proposta vai abranger tanto as pesquisas por amostragem quanto aquelas que obedecem à estrutura de cotas.

Outra novidade no projeto de Dutra é a que permite a cassação do registro de funcionamento da empresa ou entidade responsável por sua execução que, comprovadamente, tenha realizado pesquisas fraudulentas. A lei atual, que estabelece normas para pesquisas, apenas pune os institutos com multa que varia de 50 mil a 100 mil Ufirs e detenção de seis meses a um ano dos responsáveis pelos órgãos de pesquisa.

Para o senador, embora a legislação atual se refira à pesquisa fraudulenta, não estabelece, en-



Projeto de Dutra amplia normas da atual legislação

tretanto, o que caracteriza a fraude. Por isso, conforme salientou, é que achou por bem estabelecer no projeto três situações que tipificam o logro: falsidade das informações prestadas, falsificação do resultado divulgado e discrepâncias superiores à margem de erro entre as pesquisas dos dez dias anteriores à eleição e o resultado desta.

Dutra reconhece que as pesquisas devem ser feitas e divulgadas, mas alerta que elas necessitam obedecer a critérios rígidos para que a fraude seja evitada.

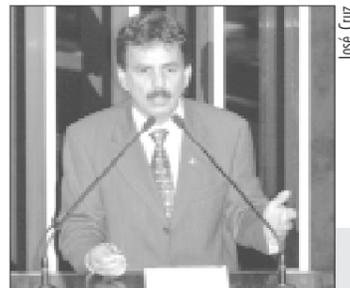
Ademir contesta lisura das pesquisas de opinião

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), candidato ao governo do estado do Pará, contesta a lisura das pesquisas de opinião sobre as eleições. Ele argumenta que somente com um controle sobre a divulgação das mesmas, acompanhado da adoção do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, se poderá evitar distorções no processo.

Para Ademir, os institutos de pesquisa não são confiáveis porque, muitas vezes, trabalham para candidatos.

— As pessoas precisam ver quem são os melhores candidatos e votar nessa perspectiva, sem se deixar levar pelos institutos de pesquisa — adverte.

Ele lembra que um suposto mau desempenho de um candidato pode afastar não somente o eleitor, mas também os financiadores de sua campanha. Dentro desse quadro, Ademir defende a adoção urgente do financiamento público das campanhas eleitorais.



Ademir Andrade: institutos de pesquisa não são confiáveis, pois trabalham para candidatos

— Essa será a única maneira de livrar o candidato da influência de empresários, banqueiros e latifundiários — observa.

Segundo o senador, o empresário dificilmente contribui para uma campanha eleitoral sem pensar num retorno.

— Se ele financia um candidato, é evidente que querará um troco, e esse troco pode resultar num prejuízo muito maior para os cofres públicos do que tirar dinheiro do orçamento da União para financiar as campanhas — conclui.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 61 2211 — e autorizando a publicação.

Luciene Mendes, de Paulista (PE): Quais foram as mudanças no novo Código Civil sancionado pelo presidente?

O senador José Fogaça (PPS-RS) responde: As principais alterações estão na parte do Direito da Família. Foi nessa área que as mudanças sociais no país foram mais profundas. As concepções de moral, comportamento e ética familiar que se transformaram durante os anos não estavam incorporadas no Código Civil. Então, tudo o que a nova legislação espaçadamente vinha produzindo agora foi sancionado como lei.

Fórum defende soluções integradas para Mercosul

Questões estratégicas devem ser consideradas do ponto de vista do conjunto da região, e não dos países membros isoladamente, segundo documento divulgado no final do encontro de Foz do Iguaçu

O Mercosul deve significar um novo patamar no processo civilizatório, no qual os problemas da região passam a ser resolvidos de maneira integrada, e questões estratégicas – como a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – devem ser consideradas do ponto de vista do conjunto da região e não dos países membros isoladamente. Essa é uma das conclusões do I Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça que consta da Carta de Foz de Iguaçu, divulgada na sexta-feira. Na declaração conjunta dos participantes do fórum estão as principais propostas a serem encaminhadas à consideração da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador



Roberto Requião preside a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Roberto Requião (PMDB-PR).

Dentre as propostas sugeridas está a criação e regulamentação de uma área de fronteira caracterizada por normas específicas; integração das cadeias produtivas dos países membros do Mercosul a partir das suas áreas fronteiriças; criação e reconhecimento de Câ-

mara de Mediação e Arbitragem e Comissões de Conciliação Prévia para dirimir questões peculiares à tríplice fronteira e reconhecimento da região de fronteira trinacional como laboratório para as questões de integração do Mercosul.

O fórum abordou também questões relativas ao trabalho e à saúde e apresentou sugestões como a coordenação das legislações trabalhistas dos países membros do Mercosul. Os participantes do encontro, que contou com representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, decidiram ainda que o II Fórum de Debates sobre Integração Fronteiriça deverá ocorrer em uma das cidades da fronteira trinacional abordando os temas turismo, meio ambiente, educação e projetos de desenvolvimento.

Porto cobra medidas contra protecionismo

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu que a Organização Mundial do Comércio (OMC) modifique, com urgência, algumas regras que regem o comércio internacional, a fim de se evitar o protecionismo praticado por vários países desenvolvidos, principalmente pelos Estados Unidos. Essas práticas prejudicam muitos países como o Brasil, que ainda não têm uma economia forte, observou o senador.

Porto elogiou recente decisão tomada pela OMC contrária aos interesses norte-americanos. Os Estados Unidos, explicou, estavam premiando empresas americanas que denunciavam concorrentes estrangeiras pela prática de *dumping* – estratégia de venda com preços abaixo do custo – e a organização considerou essa atitude incompatível com as regras do comércio internacional.

– Com essa medida, eu vejo que a OMC está mudando um pouco sua visão em relação ao protecionismo norte-americano. Nós não podemos concorrer em um mundo de economia globalizada se os Estados Unidos utilizam o poderio econômico para esmagar a economia de outros países.

Porto lamentou que a organização ainda não tenha tomado qualquer providência em relação a denúncias feitas pelo Brasil, à

época em que o senador era ministro da Agricultura (1996), dando conta das elevadas taxas impostas pela Europa e pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

Para exemplificar, Porto citou os casos da importação de suco de laranja pelos EUA, cuja tributação é de US\$ 460 por tonelada exportada, e do fumo brasileiro que vai para os EUA, que tem sobretaxa de 358% sobre o valor do produto. Lembrou ainda que o frango brasileiro exportado para a Europa é sobretaxado em 29%.

– Eu penso que o Brasil deve abrir o assunto à discussão para que possam ser mudadas as regras da OMC, porque nosso país ou



Arlindo Porto diz que a OMC começa a mudar visão sobre o protecionismo norte-americano

ou outros países produtores de gêneros primários não conseguem concorrer com esses países, que, naturalmente, têm uma economia industrial muito mais forte.

Sobretaxa a produtos brasileiros	
[Aliquotas cobradas por país ou bloco]	
EUA	
Açúcar	10,1%
Suco de laranja	56%
Alcool etílico	50%
Produtos siderúrgicos	6% a 142%
União Européia	
Soja (óleo bruto)	3,8% a 7,6%
Carne bovina	114,62%
Açúcar	66,39%
Suco de laranja	33,6%

Fonte: Barreiras às exportações brasileiras (SECEX, 2001)

Jefferson critica possível ataque dos EUA ao Iraque

O governo brasileiro deveria adotar postura firme contra eventual ataque dos Estados Unidos ao Iraque. A opinião é do senador Jefferson Péres (PDT-AM), para quem o presidente George Bush pretende patrocinar intervenção militar de forma unilateral, sem ouvir o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

– O governo Bush está usando um pretexto para derrubar Saddam Hussein, que já aceitou receber todos os técnicos e observadores das Nações Unidas. O Conselho de Segurança não aprovou a intervenção no Iraque, e

essa será uma ação imperialista e inaceitável para o resto do mundo. Espero que a comunidade internacional, inclusive o Brasil, se posicione contra o ataque – afirmou Jefferson Péres.

Segundo o senador, deveria ser buscado um acordo abrangente entre o Iraque e as Nações Unidas, sem qualquer intervenção. Para Jefferson Péres, essa seria a única forma de se restabelecer a paz e a segurança no mundo. E o governo brasileiro, acredita, deveria adotar posição dura contra eventual ataque e informar a sua posição ao governo de Washington.

Valmir Amaral elogia o combate a trabalho escravo

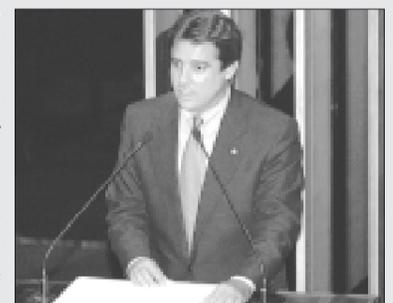
A atuação positiva do Ministério Público do Trabalho (MPT) na identificação e eliminação do trabalho escravo foi destacada pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF), em pronunciamento no qual ressaltou a necessidade de se erradicar definitivamente “esta afronta aos direitos humanos”, ainda encontrada em regiões do interior do país.

– Cabe a nós participar e acionar todos os mecanismos possíveis na busca de resultados efetivos para o projeto de combate ao trabalho forçado, esse terrível cancro social, que nos coloca em posição extremamente incômoda perante a comunidade internacional. Só assim poderemos olhar, sem vergonha, para a sociedade que representamos, e dormir sem a consciência pesada da omissão – afirmou.

Amaral elogiou a criação, no último dia 12, de coordenação nacional para combater o trabalho forçado e regularizar o trabalho indígena e salientou o êxito da orientação imprimida pelo

procurador-geral do Trabalho, Guilherme Mastrichi Basso, à frente do MPT desde 1999.

Segundo o senador, tendo considerado a luta contra o trabalho escravo prioritária, o MPT vem agindo coordenadamente com o Ministério do Trabalho e Emprego no Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), promovendo ações de fiscalização móvel. Além disso, o MPT está participando de discussões com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando ao aperfeiçoamento da legislação, o que deverá resultar em proposta a ser discutida pelo Congresso.



Valmir Amaral aplaude atuação do Ministério Público do Trabalho